Polícia Civil prende quadrilha de estelionatários em Cuiabá que aplicava golpes contra empresas do RS

Operação Fake Eagle desmantelou rede que usava identidades falsas e contas de terceiros para cometer fraudes eletrônicas

A Polícia Civil de Mato Grosso executou, na manhã de terça-feira, sete ordens judiciais no contexto da Operação Fake Eagle, coordenada pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A ação visa desmantelar uma organização criminosa especializada em aplicar golpes pela internet, utilizando-se de identidades falsas e contas bancárias alheias para cometer fraudes eletrônicas.

Durante a operação, foram cumpridos 3 mandados de prisão preventiva e 4 mandados de busca e apreensão contra indivíduos rastreados em Cuiabá. Os três mandados de prisão foram direcionados aos investigados identificados como participantes ativos do núcleo operacional do esquema criminoso, enquanto as buscas alcançaram quatro endereços ligados aos suspeitos.

Os investigados estão sendo responsabilizados por fraudes telemáticas baseadas em usurpação de identidade e pela utilização de infraestrutura financeira e digital para movimentação de valores ilícitos. As ordens judiciais foram expedidas pela Delegacia de Repressão aos Crimes Patrimoniais Eletrônicos da corporação gaúcha, com apoio da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos e da Gerência de Combate ao Crime Organizado de Mato Grosso.

Origem da investigação

O caso iniciou quando uma organização empresarial localizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, foi alvo de uma tentativa de estelionato. Uma servidora do setor financeiro recebeu mensagem via WhatsApp proveniente de um número que utilizava a imagem do diretor da empresa, solicitando transferência de aproximadamente R$ 29 mil. A fraude não foi consumada porque a funcionária identificou inconsistências no padrão de comunicação do diretor e recusou-se a efetuar o repasse. Os criminosos tinham indicado uma conta bancária em nome de pessoa diversa para receber os valores.

Rastreamento bancário e identificação

Utilizando os dados da conta bancária fornecida pelos criminosos, as autoridades iniciaram investigação abrangendo análise de transações bancárias, registros telefônicos, dados telemáticos e informações de conectividade à internet. Este trabalho permitiu localizar uma rede criminosa estruturada em Cuiabá. Os investigados operavam através de contas bancárias registradas em nomes de terceiros, incluindo chaves Pix, múltiplos domínios eletrônicos, aparelhos celulares e linhas telefônicas com códigos de área de diversos Estados brasileiros, estabelecendo diferentes camadas de proteção para ocultar a identidade real dos operadores e impedir o rastreamento do dinheiro.

Tática das ligações interurbanas

Um aspecto importante da investigação foi a descoberta de uma linha telefônica com DDD 51, utilizada especificamente para abordar a vítima no Rio Grande do Sul, mas cujos registros de localização de torres de celular indicavam origem em Cuiabá. Conforme avançou a investigação, identificou-se 14 números telefônicos adicionais com o mesmo DDD 51, evidenciando uma estratégia recorrente de utilizar aparentemente números locais para conferir maior credibilidade nas abordagens contra pessoas residentes no Rio Grande do Sul.

Contas eletrônicas e lavagem de valores

A análise detectou a utilização de diversos registros eletrônicos e contas bancárias, parte delas aberta em nomes de laranjas, para a circulação do dinheiro obtido através dos golpes. Os recursos entravam em uma conta e rapidamente eram redirecionados para outras, implementando um mecanismo de dificultação do rastreamento. Dados coletados junto a provedores de infraestrutura digital revelaram que múltiplas contas estavam vinculadas aos mesmos equipamentos e às mesmas estruturas de rede utilizadas pelos acusados, indicando funcionamento coordenado do grupo.

Os investigadores conseguiram apontar três indivíduos como integrantes do núcleo operacional, cada qual responsável por funções distintas como gerenciamento de contas eletrônicas, provisão de infraestrutura de conexão e acesso às contas bancárias empregadas nas atividades criminosas. O grupo se revezava na vigilância das contas bancárias, enquanto os demais participantes aguardavam a concretização das transferências fraudulentas.

Objetivos da operação

Além das prisões dos investigados principais, a ação visa apreender aparelhos celulares, computadores, chips telefônicos, cartões de débito, documentação, mídias de armazenamento, aparelhos de autenticação e demais equipamentos digitais que possibilitem aprofundar as investigações, identificar potenciais outras vítimas e estabelecer o escopo completo das operações do grupo. Os acusados podem responder por crimes de estelionato através de fraude eletrônica em sua forma tentada e participação em associação para fins criminosos, sem descartar outras transgressões penais que possam resultar da análise do material coletado nas buscas.